

Movimento Estudantil e Ministério da Educação e Cultura: análise das disputas políticas na ordem do discurso (1967-1969)

Paola Robaski Timm¹

¹ Universidade Federal Rio Grande do Sul – paolarobaski@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1960, a presença do Movimento Estudantil (ME) no cenário político brasileiro foi fonte de profunda preocupação às autoridades públicas e às Forças Armadas, justamente pela intensa organização juvenil ali experimentada. O profícuo processo de politização das camadas populares, a expansão da Educação Básica e do Ensino Superior e o imperativo de desenvolvimento econômico capitalista ocorreram em um momento de reformulação do papel da educação para o Estado e para a sociedade.

O meu relato de pesquisa advém do trabalho de conclusão de curso que estou desenvolvendo na graduação em História, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre a política educacional durante o governo de Costa e Silva e as representações construídas acerca do ME e dos(as) estudantes nos discursos de Tarso Dutra, que ocupou a vaga de ministro do Ministério da Educação e Cultura (MEC) entre 1967 e 1969.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os pronunciamentos de Tarso Dutra, enquanto figura pública e representante do Estado ditatorial, a fim de compreender a forma que a Ditadura de Segurança Nacional e Desenvolvimento operava na/pela linguagem. Assim, busca-se identificar as estratégias mobilizadas pelos representantes do Estado para legitimar o seu projeto político, bem como a criação de sentidos para justificar situações de extrema violência e de violação dos direitos humanos.

De acordo com Federico Navarro e Carlos Tromben (2019), nas últimas quatro décadas importantes trabalhos de análise de discurso foram produzidos na América Latina, em sua maioria, acerca de discursos de presidentes de esquerda ou progressistas. Poucas foram as pesquisas que se centraram nos pronunciamentos de políticos conservadores. Em vista dessa ausência, a minha pesquisa busca

compreender como a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento esteve presente também na linguagem daqueles que pensavam segundo os seus pressupostos. Pois a linguagem é um “agente central del proceso de construcción de realidad” (HALLIDAY *apud* NAVARRO; TROMBEN, 2019, p. 297), logo, na ordem discursiva há a disputa por construção da realidade a partir da fixação de sentidos (PINTO, 2006, p. 80). O estudo fundamenta-se na compreensão de que a formação discursiva em que os pronunciamentos de Tarso Dutra se enquadram como discurso político.

DESENVOLVIMENTO

Após o golpe civil-militar de 1964, iniciou-se o processo de instituição do Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que teve como um dos principais objetivos eliminar qualquer oposição às medidas tomadas pelo governo e ao seu projeto econômico. Para tanto, foi preciso desenvolver estratégias, orientadas pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a fim de eliminar qualquer foco de contestação ou de oposição à ditadura em diferentes setores da sociedade.

A ditadura foi se estabelecendo, com momentos de intensificação das ações repressivas e de ciclos de liberalizações, com concessões de alguns dos direitos exigidos pela oposição, com promessas de retorno à democracia e, consequentemente, de devolução do poder aos civis, a fim de diminuir a tensão social criada pelos ciclos de repressão.

Os recuos e avanços da repressão ao ME deveu-se à constante reorganização dos(as) estudantes de acordo com a conjuntura política. Ao mesmo tempo que o ME e suas entidades representativas eram atravessadas pelas medidas autoritária-repressivas, o Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento era atingido pela oposição em uma relação dialética, em que um alterava o outro de forma assimétrica (ALVES, 2005, p. 375).

Analizando o discurso de Tarso Dutra, observa-se a defesa da educação voltada para o desenvolvimento econômico, a fim de superar o “atraso civilizatório”. Desta forma, uma das medidas a serem tomadas pelo MEC era desenvolver um programa de alfabetização nacional. No âmbito universitário, aparece a necessidade de realizar uma reforma universitária e de estabelecer vínculos das universidades

com a comunidade, a fim de atender as demandas econômicas e sociais existentes. Assim, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) propõe que compreendamos a reforma universitária a partir da chave interpretativa de modernização autoritário-conservadora. Em sua análise, a reforma universitária combinou elementos de modernização da infraestrutura das universidades brasileiras com medidas repressivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da pesquisa ainda estar em andamento, posso afirmar que elementos constitutivos do Terrorismo de Estado – como os de inimigo interno, pedagogia e cultura do medo, por exemplo – estão presentes na ordem do discurso em análise no estudo. Acerca da representação dos(as) estudantes, eles(as) aparecem em diversos pronunciamentos do ministro como sujeitos facilmente manipuláveis pelas “ideias subversivas” e qualquer forma de contestação à política nacional poderia ser visto como subversão. Ademais, eles(as) seriam incapazes de pensar criticamente sobre a reforma universitário, o que pode ser observado em uma de suas falas Tarsó Dutra, conforme o relato seguinte:

Num Congresso estudantil de Natal, interpelado por um estudante, nitidamente colocado na área subversiva, sobre o problema desse acordo, verifiquei que ele não conhecia nem uma letra do documento, quando pedi que citasse, em artigo por artigo, as inconveniências que nele encontrou. O estudante confessou que nunca havia procedido à leitura daquele material.¹

Apesar de não saber se essa situação, de fato, ocorreu, todavia, sabe-se que desde 1961 a União Nacional dos Estudantes (UNE) discutia sobre a necessidade de uma reforma universitária. Compreendo que a necessidade de depreciação da capacidade juvenil é um dos mecanismos que dialoga com o imaginário popular e cria a ideia do inimigo interno que manipula mentes, gerando medos e adesão à repressão violenta.

¹ AHRS/ALCD/APTD-3.1.1. Infelizmente, os documentos pertencentes à subsérie 3.1.1 (Discursos no país) ainda não foram descritos nem receberam o número final de cada documento. Para fins de localização, a citação foi extraída do pronunciamento intitulado “Debates com o Senhor Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarsó Dutra” e encontra-se na pasta dos sem datas; porém, após a análise pude identificar que foi escrito em 1967.

REFERÊNCIAS

Livro

ALVES, M.H.M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2005.

Capítulo de livro

MOTTA, R.P.S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. *In: REIS FILHO, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P. S. (Orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Artigos

NAVARRO, F.; TROMBEN, C. “Estamos en guerra contra un enemigo poderoso, implacable”: los discursos de Sebastián Piñera y la revuelta popular en Chile. **Literatura y Lingüística**, n. 40, p. 295-324, 2019.

PINTO, C. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, n. 24, p. 78-109, 2006/1.